

CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

Devido à importância de se conservar o meio ambiente, o conceito de desenvolvimento ambiental sustentável vem sendo disseminado desde as últimas décadas e aplicado nas escolas por meio da Educação Ambiental, a qual pretende desenvolver o conhecimento, a compreensão, as habilidades e a motivação do homem para desenvolver valores, práticas e atitudes necessários para encontrar soluções sustentáveis para as questões e problemas ambientais. O presente estudo tem como objetivo compreender a importância da Educação Ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de três Centros de Educação Infantil em São Joaquim (SC). Essa pesquisa foi uma abordagem qualitativa, identificando possíveis indícios de Educação Ambiental, Cidadania Ambiental e Turismo Sustentável nos referidos PPPs. Verificou-se que esses documentos apresentam nenhum ou poucos indícios de Educação e Cidadania Ambiental, bem como de turismo sustentável.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Estratégias metodológicas. Cidadania ambiental. Educação infantil.

SUMMARY

Due to the importance of protecting the environment, the concept of developing a sustainable environment has been disseminated in the last decade and applied in schools through environmental education, which intends to develop knowledge, comprehension, abilities and the motivation for mankind to create values, practices and attitudes needed to find sustainable solutions to environmental issues and problems. The present study aims to understand the importance of Environmental Education in the Pedagogical Political Projects (PPP) of three Child Education Centers of São Joaquim (SC). This research had a qualitative approach, identifying possible indications of Environmental Education, Environmental Citizenship and Sustainable Tourism in PPPs. It was found that these documents present none or few signs of Environmental Education and Citizenship, as well as sustainable tourism.

Keywords: Environmental Education. Methodological strategies. Environmental citizenship. Child education.

1 INTRODUÇÃO

O município de São Joaquim (SC), que possui base econômica agrícola, têm enfrentado problemas na manutenção da sustentabilidade com fortes impactos de natureza econômica, social, cultural e ambiental. Face à ampla base de recursos naturais e especificidade geográfica caracterizada pela incidência de baixas temperaturas durante a estação inverno e ocorrências eventuais de precipitação de neve, tem sido trabalhado como um espaço de uso turístico rural como alternativa de geração de emprego e renda. Além disso, o município é conhecido nacionalmente por dois títulos: a Capital Brasileira da

Maçã – uma alusão direta às excelentes condições ecológicas para o cultivo dessa fruta, e o título de Cidade Mais Fria do Brasil – mais um atrativo para turistas de todas as partes do país (CORDEIRO, 2006).

Manter a atratividade de seus recursos é essencial para a cidade. Considerando que a natureza e a cultura são patrimônios singulares tanto para a atividade turística, quanto para a melhoria de vida da população local, é fundamental que se estabeleçam relações harmoniosas entre os interesses humanos e as condições de renovação e manutenção desses recursos. Portanto o meio ambiente deve ser interpretado como o somatório de condições indispensáveis à vida, alusivas à natureza, ao homem e ao produto resultante das relações entre eles e promover a qualidade ambiental é essencial para todas as formas de vida.

A educação ambiental pode prover algumas orientações indispensáveis para o estabelecimento de um ambiente saudável. Por meio dela deve-se, desde a mais tenra idade, começar a estimular o equilíbrio na relação homem X ambiente, construindo desde a educação infantil. Hábitos, práticas e atitudes adequadas para a qualidade de vida. Neste sentido, questiona-se: como os processos de educação ambiental constantes nos projetos políticos pedagógicos podem contribuir com a cidadania ambiental na educação infantil em São Joaquim (SC)?

Na educação infantil os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança. Ademais, se trata de um desenvolvimento que não é isolado em si mesmo, mas que se encontra envolvido em um tempo histórico. Portanto, o comportamento de um indivíduo adulto e a sua postura em relação à natureza pode ter suas causas ainda na infância. Os anos pré-escolares salientam como o período em que são lançadas as sementes para as habilidades sociais e a personalidade da criança mas, dos 2 aos 6 anos, este modelo inicial é revisado, consolidado e estabelecido mais firmemente (BEE, 1996).

A escola assume vital importância para a consolidação desse processo por ser um espaço social capaz de formar consciências, não devendo ser apenas uma transmissora de conceitos biológicos, e sim um espaço para facilitar a compreensão das inter-relações das pessoas entre si e destas com o meio ambiente, utilizando também, o turismo como fonte de percepção.

Por meio da análise do modelo de educação ambiental empregado na educação infantil, pode-se apresentar algumas observações que evidenciam se tais atividades são ou não eficazes para a promoção de uma postura ecológica favorável à preservação dos recursos naturais e artificiais existentes em São Joaquim, SC. Nesse contexto, esse artigo

objetivou identificar se haviam indícios de Educação Ambiental, Cidadania Ambiental e Turismo Sustentável nos PPPs das três instituições, além de, identificar a percepção educação ambiental, de ambiente, de turismo sustentável e de cidadania ambiental presentes nos PPPs e discutir as estratégias metodológicas de Educação Ambiental constantes nos Projetos Políticos Pedagógicos de três CEIs de São Joaquim (SC).

2 REVISÃO TEÓRICA

EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Educação Infantil é a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 2014, p. 22). No Brasil, a Educação Infantil nasceu de um processo histórico, social e político-pedagógico. No início do século XIX, surgiram instituições isoladas como creches, asilos, e internatos que eram destinadas a cuidar da criança pobre. No final deste mesmo século, surge a ideia de jardim-de-infância.

A educação envolve dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas não poderiam sobreviver (GRAIDY; KAERCHER, 2001). Diante disso o cuidado é tão importante quanto à educação, pois quem cuida educa e quem educa cuida. O cuidar na Educação Infantil é fundamental e deve fazer parte do cotidiano nas instituições, pois o desenvolvimento da criança depende do cuidado com o corpo, com a saúde, e a qualidade da alimentação, levando em consideração as necessidades da criança. Enquanto o educar deve proporcionar uma aprendizagem que contribua com o desenvolvimento e formação integral na primeira infância.

No desenvolvimento da criança, todos os seus aspectos precisam ser valorizados principalmente o momento privilegiado de sua vida, que é a infância. Nessa fase tem início a formação dos primeiros valores. Daí a necessidade de levar em consideração os conhecimentos de mundo desses seres humanos e proporcionar-lhes condições para que construam e reconstruam os seus conhecimentos. Só assim terão a capacidade de reconhecer o seu papel na sociedade. Para Vygotsky (1984; 2007), essa interação social do

ser humano, desde seu nascimento, é um espaço de constituição e desenvolvimento da consciência, pois a criança nasce equipada com características de nossa espécie para se desenvolver e aprender.

O crescimento e a aprendizagem da criança ocorrem da relação que tem “no seu cotidiano, observando, experimentando, imitando recebendo instrução das pessoas mais experientes de sua cultura. Assim, ela aprende a fazer perguntas e também obter respostas para uma série de questões” (REGO, 2007, p.76).

Desenvolvendo na Educação Infantil temas ambientais, a criança desde logo compreenderá que é preciso adotar atitudes e comportamentos que garantam uma boa relação de sua vida com o meio ambiente, inclusive saberá cuidar do planeta para sua geração e as vindouras. É preciso fomentar atitudes não só para marcar presença nas práticas pedagógicas, mas sim permear o cotidiano escolar, de forma que o educando estabeleça em sua formação parâmetros de condutas que visem à sustentabilidade (CHAPANI; DAIBEM, 2003).

O Projeto Político Pedagógico busca resgatar e reafirmar a consciência sobre o processo de desenvolvimento transitório da infância, considerando-se as especificidades afetivas das crianças de zero a cinco anos. Quando se dá ênfase a diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da Educação Infantil, refletindo sobre diferentes concepções quanto ao sentido e funções atribuídas ao movimento do cotidiano nos Centros de Educação Infantil (SANTA CATARINA, 1998).

Se por um lado, o Projeto Político Pedagógico orienta as ações na busca de melhorar a qualidade da Educação Infantil, necessita-se envolver nesta busca um atendimento que venha interagir nas questões amplas ligadas as políticas públicas, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico, materiais em quantidade e qualidade suficientes a adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento requisitadas para tais profissionais exímios em conhecimento e ética.

O planejamento na Educação Infantil, quando assume a postura de espaço educativo – pedagógico, deve propiciar à criança a possibilidade de se desenvolver e elaborar seus conhecimentos, objetivando a compreensão da realidade que é constituída por um contexto sócio – cultural – político e econômico.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Ambiental pretende desenvolver o conhecimento, a compreensão, as habilidades e a motivação do homem para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com questões e problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis (DIAS, 2003). Segundo a Lei 9.795 que preconiza sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (EA) no Brasil esta é considerada como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

O termo EA por vezes aparece vinculado a adjetivos como Crítica, Libertadora, Dialógica, Popular e Transformadora. Muitos tratam como sinônimos a denominação Educação Ambiental Crítica (EAC), em que a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado (CARVALHO, 2004).

Na esfera educativa se observa a formação de consenso da necessidade de estudos sobre EA. O trabalho pedagógico torna-se de extrema importância para a compreensão das relações que permeiam o campo ambiental, relacionadas não apenas com os fatores naturais, mas também com as dimensões sociais e culturais que regem a interação do homem com o ambiente. Para Carvalho (2004), ocorre com frequência, no trabalho pedagógico em EA, a socialização da visão naturalista, que reduz o ambiente à natureza, sem vínculos com os demais fatores que interagem com o meio.

A ação educativa deve ser voltada para uma educação ambiental crítica, com intervenção político-pedagógica direcionada para o estabelecimento de uma sociedade de direitos e ambientalmente justa. No contexto exposto, torna-se necessário que os estudantes possam perceber que, ao longo da caminhada, todos os tipos de relação estão conectados ao contexto geográfico, ecológico e cultural, em que se produz e reproduz uma formação social determinada (LEFF, 2005; LOUREIRO, 2006). Esse tipo de formação social vai caracterizar as formas do ser humano se relacionar e se apropriar dos recursos da natureza. O papel da Educação Ambiental é fundamental para trabalhar valores nas crianças que transformem suas atitudes perante o meio ambiente. E uma boa opção de se começar é implantar a EA na Educação Infantil.

No âmbito da Educação Infantil, o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), documento elaborado pelo MEC (Ministério da Educação) em 1998, vem com o objetivo de auxiliar os professores da Educação Infantil. O RCNEI explica que os mitos, as lendas, as brincadeiras, o faz-de-conta, podem ser instrumentos utilizados pelo professor para esclarecer junto às crianças fenômenos da natureza e da sociedade, a diversidade de culturas e crenças entre os povos, a geografia e hidrografia dos lugares, questões sobre o céu, o tempo e o espaço, entre outros. Acrescenta também que as práticas adotadas nas instituições de educação infantil têm desconsiderado “o interesse, a imaginação e a capacidade da criança pequena para conhecer locais e histórias distantes no espaço e no tempo e lidar com informações sobre diferentes tipos de relações sociais” (BRASIL, 1998, p. 165), limitando a riqueza dos conteúdos trabalhados com a criança.

Segundo o RCNEI as crianças devem ter contato com diferentes elementos, fenômenos e acontecimentos do mundo, instigadas por questões significativas para observá-los e explicá-los e tenham acesso a modos variados de compreendê-los e representá-los. Por isso, é importante instigar a curiosidade das crianças pelo mundo social e natural, para que elas formulem perguntas e imaginem situações para compreendê-las, de forma que manifestem a sua opinião sobre os acontecimentos. Além disso, fazer com que elas estabeleçam algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se encontram, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana. Estes objetivos estão também presentes no conceito de EA – adquirir conhecimento, imaginar soluções, estabelecer relações, valorizar a preservação de espécies, melhorar a qualidade de vida humana. Dessa forma fica evidente a importância de se trabalhar os conteúdos referentes às Ciências Naturais na EI e a EA é uma parceira nessa tarefa.

Segundo a Teoria Crítica da Educação, o papel do professor nesse espaço democrático é fundamental porque ele é o estimulador do aluno, o orientador em caminhos ainda desconhecidos. A educação é entendida como instrumento que possibilita ao homem a apropriação da cultura, é mediadora entre o homem e a ética, permitindo ao homem assumir consciência da dimensão ética de sua existência com todas as implicações desse fato para a sua vida em sociedade. A educação faz ainda a mediação entre o homem e a cidadania, proporcionando-lhe aquisição da consciência de seus direitos e deveres frente aos outros e de toda a coletividade e pela mediação da educação, é viável construir uma cidadania ética (SAVIANI, 2001).

Desta forma, é necessário entender o meio ambiente de forma plural, porque nenhum animal ou nenhuma planta se basta (KLOETZEL, 1998). Para pensar em Educação Ambiental, nessa perspectiva, é necessário envolver vários campos de saberes de forma transversal sem nenhum tipo de barreira e empregando metodologias diversas como, por exemplo, a história de vida (REIGOTA, 2009).

A Pedagogia Crítica, também chamada de pedagogia libertadora, objetiva estimular a reflexão e a liberdade como formas de superar as opressões da Pedagogia Conservadora. Tem no diálogo sua principal ferramenta de crescimento do aprendiz e do professor que, por vezes, trocam seus papéis, uma vez que se trata de uma Pedagogia horizontal. O aluno é visto como um sujeito singular na aprendizagem, tendo em vista sua história de vida e estimulando sua participação em todos os níveis do processo de ensino por meio de cooperação, e solução ao desvendar problemas. Desta forma, percebe-se uma educação política com transformação permanente.

A Pedagogia Crítica tem o mesmo sentido da Educação Ambiental voltada para o cotidiano do aluno e seu ambiente mais próximo, quando enaltece a importância da problematização que leva o aluno a refletir, analisar e questionar a sua realidade e se perceber enquanto sujeito transformador. O aprendiz que consegue entender a importância de construir debates e diálogos torna-se mais livre, crítico e dono de seus próprios pensamentos. A criticidade é fundamental no processo da Educação Ambiental com cunho de transformação social, porque eleva o valor do pensamento, faz o aluno ligar o saber aprendido com os problemas sociais práticos, gera interdisciplinaridade e facilita a transversalidade do conhecimento, o que é de fundamental importância na Educação Ambiental.

Ao insistir na temática do meio ambiente por certo se sustenta que todo desenvolvimento deve se caracterizar de modo concomitante como ambiental e social, pois na mesma medida remete à qualidade da vida como uma totalidade (Herculano et al, 2000). De certo modo a perspectiva da consolidação de direitos do meio ambiente, sincronizada com dignidade cidadã ou qualidade de vida, põe em destaque um diálogo ímpar com a natureza. Sendo assim, propor a difusão de uma cidadania ambiental significa referir-se a um procedimento educativo de larga abrangência. Este por consequência envolve a alteração do processo de seleção das informações, de tal forma que seja lançado na compreensão dinâmica do mútuo enriquecimento entre natureza e humanização.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que tem como base a Análise de Conteúdo (AC), a partir da pesquisa documental. A AC busca identificar fatos nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (SÁ-SILVA et al., 2015). Para Helder (2006. p. 3), “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor”. A AC enquanto método de organização e análise dos dados aceita que o seu foco seja qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1977).

Sendo assim, os documentos analisados por essa pesquisa foram os Projetos Políticos Pedagógicos de 03 Centros Educacionais Infantis (CEIs) do município de São Joaquim– SC. Pela análise documental foi levantado a existência das seguintes temáticas ambientais: a percepção de educação ambiental, de ambiente, de turismo sustentável e de cidadania ambiental presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos. Os PPPs dessas instituições educativas foram analisados empregando uma leitura crítica construtiva a fim de se obter de como a EA está inserida nos PPPs da educação infantil desses CEIs.

Os CEIs estudados foram:

a) Centro de Educação Infantil CAIC – Fulvio Amarante Ferreira se encontra localizado na Rua Manoel do Nascimento, bairro Jardim Minuano. O horário de funcionamento é das 7:00 h às 18:00. A escola possui sete turmas, do berçário ao jardim de infância, com um total de 125 alunos e 20 professores;

b) Centro de Educação Infantil Direitos Humanos – O CEI Direitos Humanos localiza-se na Rua Gasparino Dutra, bairro Centro. O horário de funcionamento é das 7:30 h às 19:00 h. A escola possui cinco turmas, do berçário ao jardim de infância, com um total de 103 alunos e 14 professores;

c) Centro de Educação Infantil Madre Paulina – O CEI Madre Paulina localiza-se na Rua Acilio Cavalheiro do Amaral, bairro Santa Paulina. O horário de funcionamento é das 7:00 h às 19:00 h. A escola possui seis turmas, do berçário ao jardim de infância, com um total de 88 alunos e 20 professores.

Os três CEIs propiciam um atendimento às crianças, de zero a cinco anos, que necessitam de período integral na escola. Nos CEIs CAIC e Direitos Humanos, frequentam crianças de vários bairros da cidade pois fornecem transporte através do ônibus escolar, já o CEI Madre Paulina não oferece este serviço, então predominantemente as crianças que

frequentam o Centro são residentes no bairro, ou nos arredores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições foram revisados para a vigências do ano letivo de 2016, todos trouxeram a descrição das características físicas, administrativas e pedagógica de cada instituição, estas citadas no capítulo Material e Métodos deste artigo. Os PPPs foram desenvolvidos com o envolvimento e participação do corpo docente, comunidade escolar e da Associação de Pais e Professores (APP). A análise sobre a EA constante nos três Projetos Políticos Pedagógicos, a) concepção de pré-escola; b) estratégias de ensino; c) indícios de Educação Ambiental; d) concepção de meio ambiente; e) indícios sobre turismo sustentável e f) indícios sobre cidadania ambiental, é apresentada a seguir (Quadro 1).

QUADRO 1 - Avaliação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos três CEIs de São Joaquim, SC. ¹Centro de Educação Infantil CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira; ²Centro de Educação Infantil Direitos Humanos; ³Centro de Educação Infantil Madre Paulina.

Projeto Político Pedagógico	
Itens de avaliação	Centros de Educação Infantil (CEI)
	CEI - CAIC¹
1. Concepção de pré-escola	A instituição busca pautar-se na concepção Histórico-Cultural de Vygotsky. Pré-escola guardiã, preparatória, compensatória e pedagógica.
2. Estratégias de ensino	Brincadeiras dirigidas e livres nos espaços interno e externo; histórias e músicas infantis; apresentações artístico-culturais; exploração e manipulação de diversos materiais (tintas, lápis, carvão, areia...); exploração de suportes gráficos (revistas, jornais, gibis, caixas etc.); colagens, pinturas, modelagens.
3. Indícios de educação ambiental	Nada consta
4. Concepção de meio ambiente	Nada consta
5. Indícios sobre turismo sustentável	Nada consta

6. Indícios sobre cidadania ambiental	Nada consta
Itens de avaliação	Centros de Educação Infantil (CEI)
	CEI – Direitos Humanos²
1. Concepção de pré-escola	A instituição busca pautar-se na concepção Histórico-Cultural de Vygotsky. Pré-escola guardiã, preparatória, compensatória e pedagógica.
2. Estratégias de ensino	Brincadeiras orientadas e livres; colagem; recorte; pintura, modelagem; atividades motoras; cantos; jogos; brincadeiras no pátio externo.
3. Indícios de educação ambiental	Desenvolvimento de hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. Para isso, é incentivado, dentre outros aspectos, que a criança observe e explore o ambiente com atitude de curiosidade, a fim de perceber-se como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente.
4. Concepção de meio ambiente	Nada consta
5. Indícios sobre turismo sustentável	Nada consta
6. Indícios sobre cidadania ambiental	Desenvolvimento da capacidade de observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, como agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.
Itens de avaliação	Centros de Educação Infantil (CEI)
	CEI – Madre Paulina³
1. Concepção de escola	A instituição busca pautar-se na concepção Histórico-Cultural de Vygotsky. Pré-escola guardiã, preparatória, compensatória e pedagógica.
2. Estratégias de ensino	Brincadeiras orientadas e livres; colagem; recorte; pintura, modelagem; atividades motoras; cantos; jogos; brincadeiras no pátio externo.
3. Indícios de educação ambiental	Desenvolvimento de hábitos de cuidado

	com a própria saúde e bem-estar. Para isso, é incentivado, dentre outros aspectos, que a criança observe e explore o ambiente com atitude de curiosidade, a fim de perceber-se como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente.
4. Concepção de meio ambiente	Nada consta
5. Indícios sobre turismo sustentável	Nada consta
6. Indícios sobre cidadania ambiental	Desenvolvimento da capacidade de observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, como agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.

FONTE: Autora (2016).

Consta nos PPPs dos três Centros de Educação Infantil que a escola é pautada pela concepção Histórico-Cultural de Vygotsky. Lev Vygotsky enfatiza o papel do ambiente no desenvolvimento intelectual das crianças. Postula que o desenvolvimento procede enormemente de fora para dentro, pela internalização – a absorção do conhecimento proveniente do contexto. Assim, as influências sociais, em vez de biológicas, são fundamentais na sua teoria (VYGOTSKY, 1984; 2007).

Diariamente, em casa, na escola e na rua, as crianças observam o que as pessoas dizem e como dizem isso, o que fazem e por que fazem isso. Depois, elas internalizam o que vêem, transformando-o em sua propriedade. Recriam, dentro de si próprias, as espécies de conversações e de outras interações observadas em seu mundo. Então, grande parte da aprendizagem das crianças ocorre pelas interações infantis no ambiente, que determina amplamente o que a criança internaliza (VYGOTSKY, 1984; 2007).

Segundo os PPPs, a pré-escola exerceria três funções: **a)** guardiã, remetendo as creches que surgiram com o caráter assistencialista, visando a guarda das crianças e as afastando do trabalho servil, como ocorria na França e Inglaterra do século XVIII; **b)** preparatória, mais relacionada à idéia de “educação” do que a de assistência; visa compensar as dificuldades das crianças; **c)** compensatória, a pré-escola dentro desta visão serviria para prever estes problemas (carências culturais, nutricionais, afetivas), proporcionando a partir daí a igualdade de chances a todas as crianças, garantindo seu bom desempenho escolar. Nos últimos anos, foi se ampliando o questionamento dos programas

compensatórios e da abordagem da privação cultural na medida em que prestam um benefício efetivo as crianças das classes populares, servindo muito ao contrário para discriminá-las com maior precocidade. Passa-se assim a pré-escola a ter uma nova função; **d)** pedagógica, que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades que tem um significado concreto, para a vida das crianças e que simultaneamente, assegura a aquisição de novos conhecimentos. Aqui, a confiança nas possibilidades das crianças se manifesta e é indispensável. É nesse ponto que está a grande diferença, tal confiança e valorização redundam num trabalho pré-escolar sistemático e intencional, direcionado à construção de novos conhecimentos e à garantia de novas aprendizagens.

Assim, se as atividades realizadas na pré-escola enriquecem as experiências infantis e possuem um significado real para a vida das crianças, elas podem favorecer o processo de alfabetização, quer em nível do reconhecimento e representação dos objetivos e das suas vivências, quer em nível da expressão de seus pensamentos e afetos. Mas as formas de representação e expressão vão se diversificando de início são motoras e sensoriais (aparecem como imitação, dramatização, construção, modelagem, reconhecimento de figuras e símbolos, desenho e linguagem). Posteriormente são codificados (aparecem como leitura e escrita).

A utilização de estratégias de ensino que abordem o uso de brincadeiras orientadas e livres e que se encontrem nos ambientes internos e externos dos CEIs são utilizadas nos PPPs das três instituições, valorizando a importância do brincar na aprendizagem das crianças, e a sua relação com o meio em que estão inseridas, bem como entre as crianças. Ainda, há o uso de materiais como massa de modelar, tintas, lápis, carvão, areia, livros, revistas para auxiliar nas atividades de colagem, recortes, pinturas e modelagens que ajudam o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Vygotsky (1984) atribui relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil. É brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos (DELLABONA; MENDES, 2004). A criança, por meio da brincadeira, reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento. A linguagem, segundo Vygotsky (1984), tem importante papel no desenvolvimento cognitivo da criança à medida que sistematiza suas experiências e ainda colabora na organização dos processos em andamento.

Não consta no Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil CAIC

indícios sobre educação ambiental, turismo sustentável, cidadania ambiental e concepção de meio ambiente. Nos PPPs dos CEIs Direitos Humanos e Madre Paulina existem indícios de Educação Ambiental, onde salientam que a importância da criança observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, a fim de perceber-se como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente (Quadro 1). Ainda assim, a EA não está diretamente inserida nos PPPs das três unidades escolares.

Analisando os PPPs do CEI Direitos Humanos e CEI Madre Paulina não foram encontrados registros de concepção do meio ambiente e turismo sustentável. Entretanto existem indícios de Cidadania Ambiental ressaltando “a criança como agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação” (Quadro 1).

Observa-se, com a avaliação dos PPPs dos três CEIs de São Joaquim, que a Educação Ambiental está muitas vezes implícita nos projetos e que, apesar das instituições valorizarem o desenvolvimento da criança como agente transformador, o meio ambiente em que vivem ainda está em segundo plano. Entretanto, nas atividades que constam nos PPPs a educação e cidadania ambiental poderiam ser adicionadas, valorizando as atividades já ocorrem nas escolas.

Os procedimentos educacionais podem servir como instrumentos para a promoção da consciência ambiental e integração da criança na sociedade de forma que a mesma possa ser uma referência em seu lar e com seus pares na manutenção e conservação do patrimônio físico, cultural e natural. Pode-se inserir nos PPPs atividades que contemplam o tema Meio Ambiente que permearão todo o ano letivo.

Um projeto educativo que pode ser trabalhado nas escolas com tema: Conhecendo e valorizando o meio ambiente, o objetivo deste projeto seria ampliar gradativamente a visão de mundo da criança, possibilitando-lhe conhecimento de algum aspecto da natureza que caracterizam o ambiente na qual está inserida, ou seja, proporciona a comunidade escolar encontros prazerosos com os diversos ambientes naturais urbanos da cidade de São Joaquim (SC) (FREITAS, 2007). Nota-se que no PPP do CEI Direitos Humanos, já estão inseridas atividades como passeios pela cidade e por parques, entretanto os objetivos de tais atividades reconhecer as formas geométricas das casas, bem como, Chalé/triângulo, ginásio/círculo, prédio/retângulo, casa/quadrado. Há um passeio com o objetivo de conhecer a arborização no Dia da Árvore. Então poderia ser inserido os conceitos de educação e cidadania ambiental, em todos os passeios programados para o CEI, não em somente um passeio. Ainda inserir as atividades nos CEIs que não apresentam esses

projetos em seus PPPs.

É a partir desse contato que as crianças podem desenvolver atividades de preservação do meio ambiente, uma vez que envolve sua realidade, onde os alunos encontram um momento ímpar para expor, perguntar e debater as práticas do dia-a-dia, relacionadas de forma coletiva e individual a problemas enfrentados, seja no bairro onde moram, seja nas questões nacionais e até muitas vezes mundiais.

Segundo Oliveira e Bossa (2003) no contexto psicopedagógico, um dos métodos mais adequado para analisar uma criança do ponto de vista psicomotor, é o métodos da observação direta da sua ação motora, ou mediante a realização de determinadas atividades a ela solicitadas, através das quais a criança poderá revelar aspectos relacionados a sua capacidade de integração e maturidade. Ademais, segundo Angotti (2006), o desenvolvimento de uma criança necessita ser concebido em relação à cultura na qual está inserida.

Atividades que estimulem que a criança respeite e valorize os animais compreendendo a importância dos mesmos para o equilíbrio da natureza, também podem ser inseridas e realizadas pelos CEIs. Podem ser utilizados os clássicos da literatura infantil e o nosso folclore, através dos mitos, lendas e fábulas, para inserir a Educação Ambiental no cotidiano escolar. Vale ressaltar que os CEIs apresentam o uso de livros e histórias nas suas estratégias de ensino, basta estas serem direcionadas ao ensino e valorização da Educação Ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Entende-se que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica da criança, tendo o professor que se preocupar com o desenvolvimento de forma integral da criança. O ato de cuidar na Educação Infantil também significa educar, pois estabelecem vínculos afetivos, padrões de comunicações, atendimento às necessidades básicas fatores essenciais para a construção de um momento onde haja oportunidades para manifestar sentimentos, dúvidas, dividir conhecimentos, crenças e valores, habilidades e atitudes para manter ou melhorar a condição humana no processo de viver, podendo proporcionar o bem estar físico, mental e espiritual na criança, gerando conhecimento sobre si mesmo, respeito próprio e autonomia. No cuidado podemos nos desenvolver no sentido de conhecer melhor

o outro, suas potencialidades e limitações, estabelecendo relações que promovam crescimento e desenvolvimento de forma integral.

A Educação Ambiental propõe o desenvolvimento da criticidade de cada sujeito, sendo capaz de subsidiar mudanças em todo o contexto escolar, podendo ainda estender-se à comunidade como um todo. Por isso esse trabalho deve ser contínuo e constantemente abordado no contexto escolar.

Entretanto, nos PPPs dos Centros de Educação Infantil CAIC, Direitos Humanos e Madre Paulina o cuidado com o meio ambiente em que as crianças estão inseridas é pouco abordado e muitas vezes subentendido. A Educação Ambiental poderia estar mais explícita nos três PPPs e nos objetivos das brincadeiras e atividades lúdicas que já estão sendo realizadas pelos CEIs. Uma vez que há o repasse de informações relacionadas à brincadeira, isso gera um sistema dinâmico e abrangente, pois os mitos e lendas regionais representam estórias fantasiosas, mas que mostram o quanto nossos antepassados sabiam respeitar o meio ambiente.

Todas as iniciativas sugeridas no presente trabalho de tornar a Educação Ambiental e a Cidadania Ambiental mais evidentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos três CEIs estudados poderiam apresentar um grande avanço educacional, pois em um breve histórico da realidade educacional abordado pela avaliação dos PPPs, é possível verificar que nos centros de educação infantil as atividades lúdicas são pouco exploradas, e mesmo quando são realizadas não lhes é dado o valor que elas merecem.

É interessante pontuar que o Ensino Superior possui indicadores elaborados pela Rede Aces (2002) cuja proposta está pautada em subsidiar um currículo que propicie uma transformação nas relações entre a sociedade e a natureza, enquanto a Educação Básica, e consequentemente a Educação Infantil, não possui um referencial capaz de alicerçar essa proposta.

Nesse sentido, fica evidente a falta de uma orientação sólida adequada para a Educação Básica, já que é na infância que os seres humanos passam por transformações significativas, especialmente em termos de atitudes e valores. Dessa maneira, a temática ambiental não seria abordada somente em datas comemorativas, mas faria parte do cotidiano escolar e da vivência diária das crianças.

7 REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, M. **Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**, Campinas: editora Alínea, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.
- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 46 p. – (Série legislação ; n. 130).
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento** / trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, Editora Artmed, 7ª ed., 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo**. Brasília: MEC/SEF, v.3, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental crítica, nomes e endereçamentos da educação**. In: LAYARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, p.13-24, 2004.
- CHAPANI, D. T.; DAIBEM, A. M. L. Educação ambiental: ação-reflexão-ação no cotidiano de uma escola pública. In: TALAMONI, Jandira L. B. e SAMPAIO, Aloísio Costa. **Educação Ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. São Paulo: Escrituras Editora, (Educação para a Ciência; 4). 2003.
- CORDEIRO, W. C. A vitivinicultura em São Joaquim - SC: uma nova atividade no município. **Dissertação mestrado**. Florianópolis, 145p. 2006.
- COSTA, A. F. **A Pesquisa de Terreno em Sociologia**, in J. M. Pinto/A. S. Silva (orgs.), **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto, Afrontamento, p.129-148. 1987.
- DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v.1, n.4, p.107-112, 2004.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREITAS, R. E.; RIBEIRO, K. C. C. Educação e percepção ambiental para a conservação do meio ambiente na cidade de Manaus uma análise dos processos educacionais no centro municipal de educação infantil Eliakin Rufino. **Revista Eletrônica Aboré-Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus-Edição**, v. 3, 2007.

- GRAIDY, C.; KAERCHER, G.E. (org.) **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006.
- ITURRA, R. **A construção social do insucesso escolar.** Lisboa, Escher. 1990.
- KLOETZEL, K. **O que é meio Ambiente.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura.** Petrópolis: Vozes, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, p.13-52. 2006.
- REDE ACES. **Red de Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores.** 2002. Disponível em: http://insma.udg.es/ambientalizacio/web_alfastinas/castella/c_index.htm.
- REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- ROWLAND, R. **Antropologia, História e diferença.** Porto, Afrontamento. 1987.
- SÁ-SILVA, J.R.; DE ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n.1, 2015.
- SANTA CATARINA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares.** Florianópolis: COGEN, 120 p. 1998.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 34ª ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.